

Recife (PE), 26 de abril de 2024

Ao

- Ilmº Secretário de Educação da Prefeitura do Recife/PE

Sr. Frederico da Costa Amâncio

C/C

- Ilmº Presidente da Comissão de Ética da Prefeitura do Recife

Sr. Lucas Carneiro Pessoa Canto

- Ilmº Procurador-Geral da Prefeitura do Recife

Sr. Pedro José de Albuquerque Pontes

- Ilmº Controlador Geral da Prefeitura do Recife

Sr. José Ricardo Wanderley Dantas de Oliveira

- Ilmº Ouvidor-Geral da Prefeitura do Recife

Assunto: Secretaria de Educação. Denúncia Lei 12.813/2013.

Ilustríssimo Senhor Secretário de Educação da Prefeitura do Recife, e demais autoridades nominadas, ora em cópia, tem-se no presente instrumento o objetivo de, no melhor interesse de preservar à administração pública municipal a sua imagem e reputação, nos termos do Decreto Municipal nº 27.627, de 16 de dezembro de 2013, e demais normativas aplicáveis.

Neste contexto apresenta-se denúncia contra o servidor **EDUARDO JOSÉ FONSECA FILHO**, lotado na Secretaria de Educação, conforme Portaria nº 1.462, de 27 de outubro de 2023, desde 1º de novembro daquele ano.

Em um breve relato dos fatos que embasam a **denúncia**, tem-se que **o servidor ocupa** atualmente função pública de Secretário Executivo de Projetos, Tecnologia e Inovação da pasta, a quem compete gerenciar todas as ações, aquisições, serviços e equipes; ordenar todas as despesas da secretaria executiva de projetos, tecnologia e inovação; articular parcerias para a Secretaria de Educação; e coordenar projetos

estratégicos a pedido do Secretário de Educação. Tudo isso pode ser constatado a partir do seu próprio sítio eletrônico.

Importa ainda esclarecer que o Sr. EDUARDO JOSÉ FONSECA FILHO atuava, profissionalmente e até a sua nomeação junto à Prefeitura do Recife, no consórcio de empresas denominado DPZ, fornecedora do Governo do Estado de Pernambuco, e que tinha como uma das empresas consorciadas, a Zero Um Informática Eng. Rep. Ltda. (CNPJ nº 40.873.234/0001-68), já como fornecedora da Secretária de Educação Municipal. O vínculo anterior do Sr. EDUARDO consta inclusive no seu perfil em rede social (LinkedIn).

Após sua posse e efetivação no cargo, o Sr. EDUARDO JOSÉ FONSECA FILHO tem atuado em favorecimento da empresa ZERO UM, que já tinha contrato com a Prefeitura e atuava em consórcio junto ao fornecimento do Estado, inclusive com a sua participação direta antes da nomeação ao cargo público. O seu vínculo anterior, e indícios de favorecimento, denotam já de plano a indicação de atuação temerária por parte do servidor, gerando um grave e evidente conflito de interesses.

Uma questão importantíssima e que reforça a questão em pauta, é que este Sr. EDUARDO estava no consórcio envolvendo as empresas em baila, menos de 1 (um) ano.

Uma simples e responsável apuração sobre o histórico da atuação do Sr. EDUARDO JOSÉ FONSECA FILHO, e da empresa ZERO UM e seus contratos, explicitarão prejuízos ao erário, aos interesses públicos, e infrações funcionais e contratuais àquelas partes mencionadas, afastando qualquer possibilidade de coincidência ou lisura.

O fato é que **o Sr. EDUARDO FONSECA tem atuado como representante comercial da empresa ZERO UM, defendendo interesses privados em conflito direto com os interesses da Prefeitura do Recife e da População**, ultrapassando os limites da competência e atuação da sua função, onde como já mencionado, ocupa o cargo de Secretário Executivo de Projetos, Tecnologia e Inovação.

A empresa ZERO UM, ainda, passou a atuar depois da investidura do Sr. EDUARDO FONSECA na função, em diversos contratos com a Empresa Municipal de

Informática EMPREL, demonstrando que os objetivos são amplos e visam angariar o número cada vez maior de contratos públicos.

A conduta do Sr. EDUARDO FERREIRA, manifestamente contrária ao interesse público, estará potencialmente tipificada, após as devidas apurações, nos arts. 316, 317, 319 e 321 do Código Penal Brasileiro.

Concussão

Art. 316 - Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

Corrupção passiva

Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

Prevaricação

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Advocacia administrativa

Art. 321 - Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.

Soma-se, de forma mais contundente, trazendo agora a normativa específica da Prefeitura do Recife, um corolário de infrações ao Decreto Municipal nº 27.627, de 16 de dezembro de 2013, que além de outras providências, instituiu o Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo Municipal, e criou a Comissão Central de Ética.

Mencionada norma, aplicável e regente às condutas dos servidores da administração direta do Poder Executivo do Município do Recife, estende-se também a todos aqueles que, por força de lei, contrato, convênio ou qualquer outro vínculo jurídico, prestem serviços de natureza permanente, ou não, ao mesmo ente subnacional.

Dentre as finalidades do Código de Ética, institui-se *assegurar à administração pública municipal a preservação de sua imagem e de sua reputação, mediante a sistematização de normas de conduta a serem seguidas por todos os servidores*, além de *estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses e restrições às atividades profissionais dos servidores, fazendo sempre prevalecer o interesse público sobre o privado*.

Cita-se, de plano, já o artigo 3º do Decreto Municipal, que estabelece os princípios e valores fundamentais aos servidores do ente público:

Art. 3º **O servidor da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município do Recife deve observar os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, além de pautar a sua conduta com honestidade, zelo, decoro, urbanidade, assiduidade, responsabilidade, transparência, economicidade e neutralidades político-partidária, religiosa e ideológica. (grifos nossos)**

O mesmo dispositivo elenca os deveres e vedações aos servidores públicos municipais da Prefeitura do Recife, e estratificam-se a seguir aqueles que de alguma maneira potencialmente se relacionam com a presente denúncia, sobre a conduta temerária ou infratora do servidor.

Art. 4º É dever de todo servidor do Município do Recife e de sua administração indireta:

II - agir de forma clara e transparente, evitando a prática de atos ambíguos e contraditórios;

VIII - representar imediatamente à chefia competente a respeito de todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo ou função;

XV - informar seu superior hierárquico a respeito de conflitos de interesse, efetivos ou potenciais, em relação à atividade para a qual tenha sido designado;

XVI - resistir a pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem a obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações ou omissões imorais, ilegais ou antiéticas, e denunciá-las;

XVII - desempenhar com imparcialidade as suas atribuições, repelindo qualquer tipo de ingerência que represente forma de intimidação, tráfico de influência, parcialidade, suborno ou extorsão e que interfira, direta ou indiretamente, sobre sua autonomia profissional;

XXIII - comunicar a seus superiores ato ou fato contrário ao interesse público;

Art. 5º Sem prejuízo das vedações previstas na legislação, ao servidor do Município do Recife e de sua Administração Indireta é vedado:

I - usar do cargo, emprego ou função para obter qualquer vantagem indevida, para si ou para outrem;

VIII - exercer atividade privada incompatível com as restrições aplicáveis ao cargo, emprego ou função ocupado;

XV - solicitar, exigir, receber ou aceitar promessa, para si ou para outrem, de qualquer vantagem ou favor indevido em virtude do exercício de função pública;

XVI - solicitar, exigir, receber ou aceitar promessa, para si ou para outrem, de qualquer vantagem ou favor indevido, a pretexto de influenciar em ato praticado por servidor no exercício da função;

XIX - praticar atos que não estejam dentre as atribuições do cargo, emprego ou função ou fazer-se passar por titular de cargo ou de emprego público diferente daquela ao qual foi regularmente investido;

XXII - fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio ou de terceiros;

Compete à Comissão Central de Ética, no âmbito do Poder Executivo Municipal, “apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou condutas de servidores, verificando a sua adequação às normas éticas pertinentes”, “encaminhando as suas conclusões ao órgão responsável pela instauração do processo administrativo disciplinar quando vislumbrar indícios de infração administrativa que possa ensejar a aplicação das penalidades previstas (...)”.¹

Isto posto, sob o respaldo do disposto pelo artigo 17 do seu Regimento Interno, por haver “indícios suficientes de infração administrativa, a Comissão Central de Ética, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, instaurará o Procedimento de Apuração de Infração ao Código de Ética do Servidor Público do Poder Executivo Municipal (...)”.

¹ Decreto Municipal nº 27.627, de 16 de dezembro de 2013, artigo 6º, incisos II e III.